

Dividir para reinar:
A campanha portuguesa em Castela em 1296

Introdução

No seu essencial, a campanha portuguesa de 1296 – habitualmente designada como Campanha da Guarda – é sobejamente conhecida. Desde frei Francisco Brandão, no século XVII¹ até, mais recentemente, César González Minguez, em 1995; Humberto Baquero Moreno, em 1998², Mário Barroca, em 2003³ e José Augusto Pizarro, em 2005⁴, muitos foram os estudiosos que, de uma forma ou de outra, se debruçaram sobre esses acontecimentos.

Todavia, por paradoxal que pareça, pouco sabemos ainda sobre esta intervenção militar, conhecendo-se apenas e em traços muito gerais os seus principais momentos e, com um maior grau de profundidade, as questões relacionadas com o Tratado de Alcanizes, firmado no ano seguinte, e pelo qual foi ratificada a soberania portuguesa sobre o território do Riba-Côa, ocupado por D. Dinis no decurso desta campanha. Continuam, portanto, a escapar-nos questões essenciais como a preparação logística e a cronologia da campanha, a estrutura e a dimensão do exército português, a articulação entre a hoste de D. Dinis e as dos outros reinos peninsulares envolvidos na grande ofensiva de 1296, ou as ações militares protagonizadas por outras forças portuguesas em áreas marginais ao principal teatro de operações, isto para mencionar apenas alguns dos assuntos cujo estudo mais detalhado poderia trazer uma melhor compreensão acerca destes acontecimentos. Mesmo em 1998, durante as IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, quando seria de esperar que alguns destes temas viessem mais vezes à colação – já que esse encontro se encontrava subordinado ao tema “As relações de fronteira no século de Alca-

¹ Frei Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana*, Quarta Parte, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974, fls. 245-247.

² Humberto Baquero Moreno, “As relações de fronteira no século de Alcañices (1250-1350): o Tratado de Alcañices”, in *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. As Relações de Fronteira no Século de Alcañices. Actas*, Vol. 1, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2000, pp. 644-645.

³ Mário Jorge Barroca, “Da Reconquista a D. Dinis”, in *Nova História Militar de Portugal*, dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Vol. 1, coord. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pp. 65-66.

⁴ José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *D. Dinis*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 108-112.

nices” –, muito pouco se falou das acções armadas conduzidas por D. Dinis em 1296 e sem as quais o mote para essas jornadas teria sido necessariamente outro⁵.

Mas não é apenas sob o ponto de vista da História Militar que se acumulam dúvidas acerca da campanha de 1296. De facto, a montante, permanecem outras interrogações, nomeadamente quais os motivos concretos que levaram o monarca português a pegar em armas contra Castela. A explicação “clássica”, veiculada, por exemplo, pelo conde D. Pedro na “Crónica Geral de Espanha de 1344” e em parte recuperada pela “Crónica de Portugal de 1419”⁶ e, no século XVII, pela “Monarquia Lusitana” – que acentua sobretudo o facto de os castelhanos não terem procedido à demarcação de fronteiras acordada em 1295⁷ –, defendia que as acções militares portuguesas haviam sido desencadeadas como retaliação pelo incumprimento dos acordos luso-castelhanos de 1291 e de 1295, nomeadamente no que diz respeito à cláusula que estabelecia um compromisso de casamento entre a infanta portuguesa D. Constança e o jovem Fernando IV⁸. Mas seriam o atraso no cumprimento das formalidades de uma aliança política e/ou de uma nova demarcação fronteiriça – absolutamente compreensível dado o clima de instabilidade que então se vivia no reino vizinho – motivos suficientes para uma acção militar em larga escala? Parece-nos que não.

Mais recentemente, o problema das motivações portuguesas tem sido reequacionado sob outros pontos de vista, alguns dos quais diametralmente opostos. Assim, enquanto que a maior parte dos autores acentuam a estreita ligação entre D. Dinis e Jaime II como central para entender o envolvimento português num projecto cujo principal patrocinador era, sem dúvida o reino de Aragão⁹, outros desvalorizam essa relação e sugerem, como César Gonzalez Minguez, que a intervenção militar de D. Dinis não passou de uma solução de recurso encontrada pelo infante D. Juan, pretendente à Coroa castelha-

⁵ Só as intervenções de Baquero Moreno, por um lado, e de Manuel García Fernández, por outro, dedicaram maior atenção à campanha de 1296 (Humberto Baquero Moreno, *op. cit.*, pp. 643-646 e Manuel García Fernández, “La política internacional de Portugal en el contexto peninsular del tratado de Alcanices. 1267-1297. Relaciones diplomáticas y dinásticas”, in *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. As Relações de Fronteira no Século de Alcanices. Actas*, Vol. 2, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2000, pp. 934-938).

⁶ *Crónica de Portugal de 1419*, ed. crítica com introdução e notas de Adelino de Almeida Calado, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998, Cap. 96, p. 171.

⁷ Frei Francisco Brandão, *op. cit.*, fl. 236v-237.

⁸ *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Vol. IV, ed. de Luís Filipe Lindley Cintra, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990, Cap. DCCXIX, pp. 244-245. Assinale-se que, segundo o acordo de 1291, o casamento entre Fernando IV e a infanta D. Constança, estava apenas previsto para 1299 devido à pouca idade dos noivos (José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *D. Dinis, op. cit.*, p. 106).

⁹ Veja-se, por exemplo, Manuel González Jimenez, “Las relaciones entre Portugal y Castilla durante el siglo XIII”, in *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. As Relações de Fronteira no Século de Alcanices. Actas*, Vol. 1, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2000, p. 16.

na, para obviar às dificuldades com que os seus aliados aragoneses se debati-
tiam no cerco a Mayorgas de Campo¹⁰, uma ideia sugerida já no século XIV
pelo cronista castelhano Fernán Sanchez de Valladolid, autor da “Crónica de
Fernando IV”¹¹. Mas, para que possamos entender melhor as razões de
D. Dinis, importa, em primeiro lugar observar o que, em inícios de 1296, es-
tava efectivamente em jogo.

1. Os antecedentes

Com o desaparecimento de D. Fernando de la Cerda, primogénito de
Afonso X, em 1275, acendia-se uma acesa disputa, que a historiografia espa-
nhola designa habitualmente como o “pleito sucessório”, em torno da descen-
dência do *Rei Sábio*. A quem caberia a Coroa de Leão e Castela? A Sancho,
que passava, então, a ser o mais velho dos filhos do rei, ou a Afonso, filho de
Fernando de la Cerda? O problema arrastou-se, com inúmeros episódios, de-
talhadamente analisados por diversos autores como Manuel González Jimé-
nez, praticamente até ao final do reinado, podendo mesmo ser considerado o
“*casus belli*” da Guerra Civil de 1282-1284. Contudo, com a morte de Afonso
X, a questão acabaria por se resolver de forma pacífica, com o infante D. San-
cho a suceder, sem grande contestação, a seu pai¹². Mas após a morte do con-
quistador de Tarifa, onze anos depois de ascender ao trono, o “pleito sucessó-
rio” reabria-se e, desta feita, com uma maior amplitude.

O herdeiro de Sancho IV era uma criança de apenas 10 anos sobre quem,
ainda para mais, pendia o libelo de bastardia por o casamento de seu pai com
Maria de Molina – de quem era parente em terceiro grau – não ter sido vali-
dado pela Igreja¹³. Do outro lado, ressurgia o infante Afonso de la Cerda
como candidato ao trono, escudado no facto de ser descendente do primogé-
nito de Afonso X, facto que à luz das “Siete Partidas” lhe conferia a primazia
na linha sucessória. Porém, no complexo xadrez castelhano e pouco antes de
a pretensão de Afonso de la Cerda tomar uma maior expressão graças ao
apoio militar de Aragão, aparece em cena uma outra personagem, o até então
exilado em Granada, infante D. Juan, filho de Afonso X, que procurou, logo
após a morte de Sancho IV, o apoio de D. Dinis para as suas aspirações à su-
cessão do irmão. O acordo entre ambos teve lugar na cidade da Guarda, em
Julho de 1295 e dele resultou uma declaração formal de guerra a Castela – en-

¹⁰ César Gonzalez Mínguez, *Fernando IV*, Plasencia, La Olmeda, 1995, p. 38.

¹¹ “Crónica de Don Fernando el IV”, in António Benavides, *Memorias del Rey D. Fernando IV de Castilla*, Tomo I,
Madrid, Real Academia de la Historia, 1860, Cap. II, pp. 32-33.

¹² Manuel González Jiménez, *Afonso X*, Plasencia, La Olmeda, 1999, pp. 165-211.

¹³ José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *D. Dinis*, *op. cit.*, p. 108.

tregue em Valladolid por João Anes Redondo e Mem Rodrigues Rebotim¹⁴–, na sequência da qual D. Dinis chegou mesmo a mobilizar a hoste régia para uma intervenção armada contra o reino vizinho, tendo ainda, alegadamente, instigado os concelhos da Extremadura e de Leão para que se revoltassem contra o rei¹⁵. Contudo, o monarca português acabou por recuar na sua posição, provavelmente por reconhecer a fragilidade dos apoios de D. Juan, mas também por perceber que, nesse momento, opor-se a Fernando IV e Maria de Molina não lhe traria qualquer vantagem particular. Decisivo nesta mudança de atitude foi, no entanto, o encontro com D. Enrique, o *Senador*, filho de Fernando III e tutor do jovem rei, que, no dia 6 de Setembro desse mesmo ano, apresentou a D. Dinis uma proposta de tréguas, acompanhada da promessa de uma nova demarcação da fronteira entre os dois reinos e da entrega, a curto prazo, das vilas da margem esquerda do Guadiana – Noudar, Serpa, Moura e Mourão –, de que Afonso III tinha abdicado nos pactos de 1267 sobre o Algarve. Os acordos previam ainda a entrega a Portugal, mas apenas em 1296-1297, das praças-fortes de Aroche e de Aracena¹⁶. A aceitação por parte de D. Dinis de tão atraente oferta abriu caminho para uma nova entrevista, em Ciudad Rodrigo, no dia 20 de Outubro, desta feita com o próprio Fernando IV, com a rainha-mãe Maria de Molina e com *O Senador* – que Zurita qualifica como “*un hombre muy maligno, y estrañamente reboltoso*”¹⁷ –, na qual foram reafirmados não só o acordo fronteiriço proposto no mês anterior, como o compromisso de casamento entre o jovem rei castelhano e a infanta D. Constança, filha de D. Dinis, delineado ainda em vida de Sancho IV nos encontros de Ciudad Rodrigo de 1291¹⁸. Tal como nas comédias, também os

¹⁴ *Crónica Geral de Espanha de 1344, op. cit.*, Cap. DCCXIX, p. 245. João Anes Redondo foi, desde cedo, uma figura próxima de D. Dinis, encontrando-se referenciado desde 1278 como membro da casa senhorial do infante D. Dinis. Com o início da governação do Rei Lavrador, passamos a encontrá-lo a elaborar diversas cartas régias. Fez parte do conselho do rei e foi, em 1282, um dos 10 cavaleiros nomeados para prestarem menagem, pelo rei, no acordo entre este e o infante D. Afonso, senhor de Portalegre. A nomeação como embaixador, em 1295, para apresentar a declaração de guerra portuguesa a Fernando IV e a Maria de Molina é também um indicador inequívoco da confiança que o monarca nele depositava. Quanto a Mem Rodrigues Rebotim, ocupou também diversos cargos na corte de D. Dinis, de quem foi também conselheiro. Contudo, ao contrário de João Anes Redondo, a sua presença junto de D. Dinis parece apenas remontar a 1279, altura em que começa a desempenhar o cargo de porteiro-mor, tendo também ocupado o cargo de vice-mordomo. Contudo, em 1282 parte para Castela, onde é possível que tenha integrado as forças do infante rebelde D. Sancho, então em guerra aberta com seu pai, Afonso X. É precisamente junto de Sancho IV que permanece até à morte deste – o que lhe conferiu, acreditamos, um importante capital de experiência e de conhecimentos em assuntos “castelhanos” –, altura em que regressa a Portugal, para, de imediato, retornar a Castela, então na qualidade de embaixador, na companhia de João Anes Redondo, para fazer entrega a Fernando IV da declaração formal de guerra (José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e estratégias (1279-1325)*, Vol. I, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, pp. 360-361 e 445-447, respectivamente).

¹⁵ “Discurso Preliminar”, in António Benavides, *op. cit.*, Tomo I, p. XIII.

¹⁶ Pub. em Visconde de Santarém, *Corpo Diplomático Português*, Tomo I, Paris, Aillaud, 1846, pp. 46-47, de 1295, Setembro, 6.

¹⁷ Jerónimo Zurita, *Anales de la Corona de Aragon*, Zaragoza, 1610, Tomo I, Livro V, fl. 366v.

¹⁸ Nesse mesmo ano Sancho IV avançava numa outra frente diplomática ao assegurar, através do Tratado de Monteaúdo, o casamento de sua filha D. Isabel com o rei de Aragão, Jaime II (José Manuel Nieto Soria, *Sancho IV*, Plasencia, La Olmeda, 1994, pp. 111-113).

conflitos entre Estados terminavam, quase sempre, com um casamento. Contudo, neste caso, o conflito estava longe do epílogo.

2. A primeira vaga

Em Janeiro de 1296, na localidade de Bordalva, junto a Ariza, Jaime II de Aragão formaliza o seu apoio político-militar às pretensões de Afonso de la Cerda e, tudo o indica, patrocina um acordo entre este e o infante D. Juan pelo qual se procedia a uma divisão do reino castelhano em duas entidades políticas autónomas, cabendo a D. Juan os reinos de Leão, Galiza e Sevilha e ao infante de la Cerda os de Castela, Toledo, Córdova, Múrcia e Jaén¹⁹. O acordo, ratificado no dia 4 de Fevereiro²⁰, tornava praticamente inevitável uma guerra com Fernando IV.

Ainda que nos primeiros meses de 1296 não haja qualquer notícia acerca do posicionamento português face a estes acontecimentos²¹ – talvez a correspondência entre os monarcas português e aragonês existente no Arquivo da Coroa de Aragão possa futuramente clarificar esta questão – afigura-se-nos difícil acreditar que a condução do processo tivesse sido feita à margem de D. Dinis que para além de ser casado com a irmã de Jaime II – D. Isabel – era, sem dúvida outro dos principais interessados na fragmentação do gigante castelhano e, como tal, um aliado a ter em conta.

De facto, em abono desta possibilidade, em Maio de 1296 começam a surgir as primeiras referências documentais à preparação da intervenção militar portuguesa em Castela²², o que nos leva a acreditar que talvez mesmo desde o início do ano o rei português terá estado envolvido, ainda que secretamente, em todos os planos promovidos pelo seu congénere aragonês, ou como lhe chama Manuel González Jiménez, na “trama urdida” por Jaime II²³. Os próprios preparativos para a reunião da hoste régia, na cidade da Guarda, prevista para o Verão de 1296, também só podem ter sido iniciados alguns meses antes – o mais tardar em Junho –, pelo que parece claro que D. Dinis estava, desde cedo, pronto para alterar, mais uma vez, o seu posicionamento face a Fernando IV e Maria de Molina e para agir militarmente, segundo um

¹⁹ César Gonzalez Minguez, *op. cit.*, p. 31.

²⁰ Jerónimo Zurita, *op. cit.*, fl 367.

²¹ Como bem assinala Manuel González Jiménez, no dia 20 de Janeiro de 1296 não se tinha ainda produzido uma ruptura formal das relações luso-castelhanas, pois nesse mesmo dia os procuradores portugueses encontravam-se em Monforte do Rio Livre para, com o adelantado-mayor da Galiza – que não compareceu ao encontro –, procederem à nova demarcação fronteiriça acordada em 1295 (Manuel González Jiménez, “Las relaciones...”, *op. cit.*, p. 16).

²² Saul António Gomes, “Documentos medievais de Santa Cruz de Coimbra. I – Arquivo Nacional da Torre do Tombo”, in *Estudos Medievais*, n.º 9, 1988, doc. 24, pp. 96-97, de 1296, Maio, 10.

²³ Manuel González Jiménez, “Las relaciones...”, *op. cit.*, p. 16.

plano previamente estabelecido, ao lado de Jaime II²⁴. E é com base neste pressuposto que devemos, quanto a nós, procurar os motivos que levaram D. Dinis a intervir.

Já em 1929, com a clássica “História de Portugal” de Barcelos, o problema era abordado, parece-nos, de forma correcta, afirmando-se, então, que era o intuito da liga formada pelos reis de Aragão e de Portugal, pelo infante aragonês D. Pedro, por Afonso de la Cerda e pelo infante D. Juan “repartir pelos seus membros os estados do pequeno rei Fernando IV”, acrescentando-se também que “a Portugal, como a Aragão, devia convir, naturalmente, o desmembramento da grande monarquia central da Espanha, e o regresso ao parcelamento e equilíbrio político dos tempos de Afonso IX e Afonso VIII”²⁵. Mais recentemente, na sequência do que havia já sido proposto, entre outros, por Baquero Moreno²⁶, o problema das motivações de D. Dinis voltou a ser colocado, quanto a nós, de forma absolutamente certa, por José Augusto Pizarro que, a esse respeito, afirmou que “uma vez mais se impuseram no pensamento do monarca português as vantagens políticas e territoriais de uma aliança com Aragão e os seus protegidos, do que uma postura de neutralidade” e acrescenta, para concluir, “que se deve considerar, por parte de D. Dinis como de Jaime II [de Aragão], o interesse estratégico que significaria uma nova separação dos reinos de Leão e Castela, cuja união em 1230 tinha significado a hegemonia territorial castelhana, ainda mais marcada pelas conquistas meridionais subsequentes, desequilibrando por completo o xadrez peninsular”²⁷. O objectivo de ambos os aliados, mas também do reino de Granada – com o qual Jaime II firma um pacto em finais do mês de Março²⁸ –, era, em síntese, dividir para reinarem mais fortes e em pé de igualdade com Leão / Castela. Para além disso, uma intervenção armada concertada poderia ainda trazer, para os principais envolvidos, importantes ganhos territoriais, o que tornava o projecto ainda mais aliciante.

E de facto a declaração formal de guerra do rei de Aragão, enviada durante o mês de Março em seu nome e no dos reis de França, de Portugal, da

²⁴ Ainda que em situações excepcionais os prazos rondassem apenas as três a quatro semanas, por norma as convocatórias eram enviadas, à semelhança do que se fazia noutras regiões da Europa ocidental, dois a três meses antes da data prevista para a reunião das tropas nos locais estipulados (Miguel Gomes Martins, *Para Bellum. Organização e Prática da Guerra em Portugal Durante a Idade Média (1245-1367)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008, p. 571).

²⁵ Manuel Ramos, Ângelo Ribeiro, Damião Peres, “História Política”, in *História de Portugal*, Vol. I, Dir. de Damião Peres, Barcelos, Portucalense Editora, 1929, p. 270.

²⁶ Humberto Baquero Moreno, *op. cit.*, pp. 644-645.

²⁷ José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *D. Dinis, op. cit.*, p. 110.

²⁸ César Gonzalez Minguez, *op. cit.*, p. 32. No dia 2 de Março, Jaime II emitia uma carta para o rei de Granada, instando-o a firmar um acordo de aliança com Alfonso de la Cerda, a quem chama rei de Castela, e no dia 29 desse mesmo mês nomeava como embaixador Francisco Despin para negociar um acordo entre ambos (“Colección Diplomática de la Crónica de Don Fernando el IV”, in António Benavides, *op. cit.*, Tomo II, doc. LIII, p. 74, de 1296, Março, 2; e doc. LIV, p. 75, de 1296, Março, 29).

Sicília, de Granada e dos infantes de la Cerda – Afonso e Fernando –, não tardou a chegar às mãos de Fernando IV e de Maria de Molina²⁹.

Como seria de esperar, o ataque aragonês, previsto desde os primeiros meses de 1296³⁰, só foi desferido na Primavera – altura em que habitualmente decorriam as campanhas militares –, com o exército comandado pelo irmão de Jaime II, o infante D. Pedro, que se concentrara em Ariza durante o mês de Março³¹, a avançar, nos primeiros dias de Abril contra território castelhano³². A hoste progride, então, por Monteagudo, Almazán, San Esteban de Gormaz, Baltanás – onde se reúnem às forças do infante D. Juan e de D. Juan Nunez de Lara – até Leão, deixando atrás de si um rasto de destruição, “*quemando y talando la tierra de los enemigos*”³³, durante os aproximadamente nove dias que durou a jornada³⁴. Nessa cidade tem, então lugar a proclamação de D. Juan como rei de Leão, Galiza e Sevilha. Dias mais tarde, em Sahagun – para onde a hoste prosseguiu –, é a vez de Afonso de la Cerda, ser proclamado rei de Castela, de Toledo, de Córdoba, de Múrcia e de Jaen³⁵. Daí, os exércitos compostos, só do lado aragonês, por 1 000 cavaleiros e 50 000 almogávares, de acordo com as informações transmitidas por Ramón Muntaner³⁶ – que certamente exagera o número de peões, que não devem ter ultrapassado os 3000³⁷ –, avançam em direcção a Mayorga de Campos, autêntico “ferrolho” de Valladolid, o principal objectivo estratégico da coligação, e onde se encontravam Fernando IV e Maria de Molina. Estas forças conquistam ainda as praças-fortes de Tordehumos, Villagarcía de Campos, Tordesilhas, Medina de Rio Seco, Mota del Marqués e Villafáfila, situadas a Leste de Mayorga de

²⁹ José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *D. Dinis*, op. cit., pp. 109-110. Ainda assim, a “Crónica de Fernando IV” acentua o facto de D. Dinis ter entrado em Castela “*sin le desafiar [a Fernando IV]*” (CDF, Cap. II, p. 33), uma informação contrariada pelo cronista Zurita (Jerónimo Zurita, op. cit., Cap. XX, fl. 366v).

³⁰ O infante D. Pedro envia as convocatórias para a mobilização da hoste com que pretendia avançar sobre Castela em Fevereiro de 1296 (“Colección Diplomática...”, in Antonio Benavides, op. cit., doc. XLIII, p. 63, de 1296, Fevereiro, 9). Por outro lado, Jaime II, entre 17 e 22 de Fevereiro, ordena ao seu conselheiro Bernardo de Serviano, que dê início às hostilidades contra o reino de Múrcia, no prazo de duas semanas (“Colección Diplomática...”, in Antonio Benavides, op. cit., doc. XLVIII, pp. 68-69, de 1296, Fevereiro, 17-22). Ou seja, o rei aragonês pretendia avançar em simultâneo em duas frentes distintas de combate.

³¹ “Colección Diplomática...”, in Antonio Benavides, op. cit., docs. XLIX e L, pp. 70-71, de 1296, Fevereiro, 19, onde se dá o dia 11 de Março como prazo limite para a comparência, em Ariza, dos contingentes mobilizados. Atente-se na quase simultaneidade entre a declaração formal de guerra e o início das operações militares, concedida para não permitir ao rei castelhano tomar a iniciativa das hostilidades.

³² “Discurso Preliminar”, in Antonio Benavides, op. cit., p. XVII.

³³ Jerónimo Zurita, op. cit., fl. 367v.

³⁴ Ramon Muntaner, *Chronik des Edlen en Ramon Muntaner*, ed. de Karl Lanz, Stuttgart, 1844, Cap. CLXXXVII, p. 334.

³⁵ César Gonzalez Minguez, op. cit., pp. 35-36.

³⁶ Ramon Muntaner, op. cit., Cap. CLXXXVII, p. 334. Esta informação foi aproveitada por Zurita que não fala em almogávares, mas em forças de infantaria (Jerónimo Zurita, op. cit., fl. 367v). Contudo, talvez por achar um pouco exagerada a dimensão do número de forças de infantaria, Fernán Sanchez de Valladolid limitou-se a reproduzir apenas o número de 1000 cavaleiros (“Crónica de Don Fernando el IV”, in António Benavides, op. cit., Cap. II, fl. 27v).

³⁷ Estas cifras foram calculadas em função da proporção de três peões por cada cavaleiro, sugerida por Garcia Fitz (Francisco Garcia Fitz, *Castilla y León Frente al Islam. Estrategias de Expansión y Tácticas Militares (Siglos XI-XIII)*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 2001, pp. 140-142).

Campos³⁸. Contudo, a defesa desta fortaleza – reforçada com forças destacadas expressamente pela rainha-mãe – é inesperadamente tenaz, o que obriga o exército aliado, a partir do mês de Maio, a efectuar uma operação de cerco para a qual não se encontrava preparado e que se arrastara até finais de Agosto³⁹, alterando toda a programação da campanha.

Mas as operações militares de 1296 não decorrem apenas em torno de Valladolid. Simultaneamente, o reino de Múrcia – que segundo autores como Manuel García Fernandez era, esse sim, o principal alvo de Jaime II⁴⁰ – é assolado e rapidamente conquistado, a partir de finais de Julho/inícios de Agosto, por um exército comandado pessoalmente pelo próprio rei de Aragão⁴¹. Enquanto isso, a fronteira andaluza sofre também as investidas dos exércitos de Muhammad II de Granada, que tomam, entre outras, as praças-fortes de Quesada e de Alcaudete e lançam um ataque devastador contra os arrabaldes de Jaén⁴². Por fim, a Oeste, é aberta uma última frente de ataque, em Setembro, com a invasão portuguesa.

3. A intervenção portuguesa

Como assinala frei Francisco Brandão, D. Dinis permaneceu em Lisboa até Março de 1296, segundo o cronista alcobacense, “*dispondo as cousas, & preparandose para acudir a tempo que achasse as de Castella, mais facilitadas para seu intento, & menos trabalhosas para o risco*”⁴³. E, a partir dos finais de Maio, com os preparativos já iniciados⁴⁴, o rei começa, de facto, a sua aproximação à fronteira. Assim, da capital o rei progride primeiro para Coimbra – muito provavelmente através de Santarém, onde é natural que tenha convocado alguns contingentes –, onde se encontra no dia 2 de Junho e onde permanece durante mais de dois meses. Contudo, em Agosto inicia a sua deslocação para Leste em direcção à cidade da Guarda, onde as fontes o registam a partir de 20 de Agosto. Estaria, então, pronto para avançar sobre Castela, aguardando apenas a chegada de todas as forças mobilizadas⁴⁵. Con-

³⁸ César Gonzalez Minguez, *op. cit.*, pp. 36-37.

³⁹ Jerónimo Zurita, *op. cit.*, fl. 368.

⁴⁰ Manuel García Fernández, “La política internacional ...”, *op. cit.*, p. 935.

⁴¹ A primeira praça-forte a cair em mãos de Jaime II foi Alicante, no dia 27 de Julho o rei de Aragão estava já em Elche, e no dia 2 de Agosto, o rei aragonês entra na cidade de Múrcia (César Gonzalez Minguez, *op. cit.*, p. 38). Contudo, em Maio, já o monarca aragonês agia como senhor, de facto, do reino de Múrcia, ao outorgar uma carta de confirmação de privilégios à cidade de Orihuela (“Colección Diplomática...”, in Antonio Benavides, *op. cit.*, doc. LX, pp. 87-88, de 1296, Maio, 11). Segundo Manuel García Fernandez, todas as demais frentes eram secundárias, “pois o seu verdadeiro objectivo militar estava em Alicante e Múrcia” (Manuel García Fernandez, “La política internacional ...”, *op. cit.*, p. 935).

⁴² *Crónica de Portugal de 1419*, *op. cit.*, Cap. 98, p. 173; e Rui de Pina, “Coronica Del Rey Dom Diniz”, in *Crónicas*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmãos, 1977, Cap. VIII, p. 246.

⁴³ Frei Francisco Brandão, *op. cit.*, fl. 237v.

⁴⁴ Cf. supra nota 22.

⁴⁵ Frei Francisco Brandão, *op. cit.*, fl. 237v.

tudo, antes de o fazer e com a sua hoste já praticamente pronta para se pôr em marcha, ainda uma visita relâmpago à Covilhã, onde permanece entre 13 e 15 de Setembro. Depois dessa data e até inícios de Novembro, as fontes disponíveis dão-nos conta de um hiato na produção de cartas régias, o que revela que a campanha terá sido iniciada, justamente, entre a terceira e a quarta semana de Setembro⁴⁶.

Poderá, no entanto, parecer estranho que o avanço da hoste portuguesa tenha ocorrido precisamente quando a sorte começava a sorrir a Fernando IV e a Maria de Molina, ou seja, depois do desastre de Mayorga de Campos – ocorrido pouco antes do dia 28 de Agosto – provocado pelo surto de peste que varreu o arraial dos sitiados e que, para além de ter obrigado à retirada, para Aragão, de um importante número de combatentes, vitimou muitos outros entre os quais o comandante do contingente aragonês, o infante D. Pedro⁴⁷. Claro está que o triunfo da coligação estava mais dificultado em consequência desse revés, a todos os títulos inesperado. Todavia, a situação talvez não fosse assim tão desfavorável de molde a levar a uma mudança de posição por parte de Portugal. Os sucessos militares dos seus aliados, conseguidos durante a primeira fase da campanha, tinham assegurado a posse não só de importantes núcleos urbanos como Leão ou Salamanca, mas também de um conjunto de praças-fortes situadas em redor de Valladolid, circunstância que deixava esta cidade, excepção feita para Mayorga, praticamente isolada. Além disso, as forças de que o infante D. Juan e Alfonso de Lacerda ainda dispunham – e entre as quais se incluíam alguns contingentes aragoneses comandados por D. Pedro Coronel – eram suficientemente numerosas para, conjuntamente com a hoste régia portuguesa, constituírem uma ameaça séria a Fernando IV e a Maria de Molina, sobre quem era urgente continuar a exercer uma pressão militar intensa que os impedisse de reorganizar a defesa e de lançar uma contra-ofensiva. E fazê-lo significava agir rapidamente e antes da chegada do “general Inverno”, ou seja, antes das chuvas, do frio, das estradas enlameadas, dos terrenos ensopados e dos rios caudalosos e difíceis de ultrapassar. D. Dinis não tinha, pois, quaisquer motivos para recuar, ainda para mais depois de ter assegurado que, do seu lado, nada falharia. E, de facto, o *Rei Lavrador* tinha reunido, ao que nos é dado perceber, todos os meios necessários para assegurar o sucesso da campanha de 1296, designadamente os essenciais os recursos financeiros.

⁴⁶ Virgínia Rau, *Itinerários Régios Medievais I-Itinerário del-Rei D. Dinis, 1279-1325*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1962, pp. 46-47.

⁴⁷ No dia 28 de Agosto, Fernando IV concede duas cartas privilégios aos habitantes de Mayorgas, em recompensa pela forma como defenderam essa praça-forte perante o cerco que lhe havia sido imposto semanas antes (“Colección Diplomática...”, in Antonio Benavides, *op. cit.*, doc. XLVII e XLVIII, pp. 96-98, de 1296, Agosto, 28).

Como afirmava, em 1499, o exilado milanês Gian Giacomo Trivulzio quando procurava convencer Luís XII a invadir Milão: “São precisas três coisas para a guerra: dinheiro, mais dinheiro e ainda mais dinheiro”⁴⁸. De facto, a guerra era uma actividade particularmente dispendiosa e que exigia, da parte de todos os seus intervenientes uma excelente saúde financeira. Mas era às monarquias, enquanto principais agentes da violência armada medieval que era exigido um maior esforço, em primeiro lugar para providenciar – através de soldadas, de *contias* de vassalagem e, em casos de necessidade, de soldos – a remuneração de boa parte dos contingentes fornecidos pela nobreza, garantindo, assim, pelo menos em teoria, a sua presença nas campanhas para as quais eram mobilizados. Era também essencial à Coroa assegurar-se de que esses guerreiros – designadamente os vassallos régios – dispunham de armas e de montadas adequadas, pelo que, em muitos casos, era também necessário proceder à sua aquisição, tal como de munições, mantimentos, tendas de campanha, animais de carga e de tiro – ainda que alguns pudessem ser obtidos a título de empréstimo como as cinco azémolas solicitadas ao convento de Santa Cruz de Coimbra⁴⁹ – e de todos os outros recursos necessários à actividade marcial. Mas as despesas não se ficavam por aqui. A par de tudo isto, era igualmente importante levar a cabo as sempre avultadas obras de melhoramentos em algumas das fortalezas potencialmente mais expostas às investidas do inimigo e providenciar não só para que estas estivessem dotadas de guarnições suficientemente numerosas, mas também devidamente abastecidas de mantimentos, de armas e de munições, por forma a poderem resistir em caso de cerco⁵⁰, o que exigia, muitas vezes o dispêndio de grandes somas de dinheiro.

Porém, ao que nos é dado perceber pelo testemunho das fontes, a Coroa portuguesa não parece ter tido grandes dificuldades com o financiamento da campanha de 1296, o que se deve, em boa medida, ao facto de dispor ainda de uma parte considerável das quantias recolhidas no Verão do ano anterior quando se projectara – como vimos já – uma ofensiva sobre Castela em apoio ao infante D. Juan.

Com efeito, no âmbito da preparação daquela intervenção, D. Dinis lançara pelo reino uma convocatória geral, pela qual “*mandey a totalos do meu Reyno ueessen á meu seruiço e que fossem [com]jigo primeyro dia de*

⁴⁸ J. R. Hale, *War and Society in Renaissance Europe. 1450-1620*, s.l., Sutton Publishing, 1998, p. 232. Como afirmou Gaston Bouthoul, “sob o ponto de vista económico, a guerra apresenta-se como uma espécie de actividade de luxo” (Gaston Bouthoul, *O Fenómeno Guerra*, Lisboa, Estudos Cor, 1966, p. 241).

⁴⁹ Saul António Gomes, *op. cit.*, doc. 23, p. 96, de 1296, Novembro, 22.

⁵⁰ Isto sem contar com as inevitáveis despesas extraordinárias que sempre surgiam neste tipo de situações, como os 315 000 maravedis leoneses despendidos por D. Dinis com a compra, ao infante D. Juan, da vila e castelo de Coria, localizados a nordeste da praça-forte de Alcântara e a Sul da zona onde decorreram as operações militares portuguesas (IAN/TT, Gaveta XIV, Maço 1, Doc. 10, de 1296 Novembro 19).

Setembro”, de 1295⁵¹. Contudo, o objectivo do rei não era reunir todos os recursos humanos disponíveis para uma intervenção militar em larga escala. Pretendia, isso sim, fazer recair a obrigação de servir em armas sobre o maior número possível de homens, mas com a intenção de dispensar uma boa parte desses potenciais combatentes em troca do pagamento da fossadeira, garantindo dessa forma o financiamento necessário para mobilizar e remunerar contingentes teoricamente bem equipados e mais eficazes – como as lanças fornecidas pela nobreza –, uma prática cada vez mais usual e que, à semelhança do que sucedia em Castela, parece ter-se generalizado a partir de meados da centúria de Duzentos⁵². Assim, em Setembro de 1295, através do conselheiro régio Pedro Afonso Ribeiro, D. Dinis terá conseguido negociar com o convento de Santa Cruz de Coimbra uma contribuição em numerário no valor de 2 000 libras em troca da dispensa “*de todolos uossos homeens dos uossos herdamentos de todo meu Reyno, e todolos uossos sergentes*”⁵³. Situação análoga verificou-se também com o convento de S. Salvador de Vairão, sendo que, neste caso, D. Dinis isentou apenas os moradores do couto desse cenóbio, deixando de fora os que residiam nos concelhos situados na área jurisdicional do convento⁵⁴.

Ainda assim, durante a preparação da campanha de 1296, o rei não se limitou a usar as verbas arrecadadas no ano anterior pelos sacadores dos dinheiros da hoste⁵⁵, voltando a recorrer àquele expediente, por exemplo, junto dos habitantes do couto do mosteiro de S. Simão da Junqueira⁵⁶ e dos detentores das cavalaria do Vouga pertencentes ao senhorio da Sé de Coimbra⁵⁷, mas também na cidade do Porto⁵⁸, para além de muitos outros casos relativamente aos quais não dispomos de testemunhos documentais.

Contudo, a preparação de uma intervenção militar como a de 1296 não implicava apenas a recolha das verbas necessárias ao seu financiamento. De facto, era igualmente imprescindível levar a cabo um planeamento rigoroso de toda a campanha, o que passava pela definição de calendários e de ob-

⁵¹ Saul António Gomes, *op. cit.*, doc. 22, pp. 95-96, de 1295, Setembro, 12 e doc. 23, p. 96, de 1295, Novembro, 22 e IAN/TT, Mosteiro de S. Salvador de Vairão, M 6, doc. 3, de 1295, Setembro, 22.

⁵² Miguel Gomes Martins, *op. cit.*, pp. 22-23 e 576-577.

⁵³ Saul António Gomes, *op. cit.*, doc. 22, pp. 95-96, 1295, de Setembro, 12.

⁵⁴ IAN/TT, Mosteiro de S. Salvador de Vairão, M 6, doc. 3, de 1295, Setembro, 22.

⁵⁵ Saul António Gomes, *op. cit.*, doc. 25, pp. 97-98, de 1296, Julho 5 e doc. 30, p. 101, de 1299, Setembro, 3.

⁵⁶ Idem, *ibidem*, doc. 24, pp. 96-97, de 1296, Maio, 10.

⁵⁷ IAN/TT, Sé de Coimbra, 2ª Inc., M 1, doc. 13, de 1296, Julho, 11, 1296, Setembro, 12.

⁵⁸ IAN/TT, Chancelaria de D. Afonso IV, Livro 1 (Contenda com o bispo do Porto), fl. 83, de 1300, Fevereiro, 1. As fossadeiras em questão eram relativas à campanha de 1296 contra Castela, por um lado, e à hoste mobilizada para o cerco imposto à praça-forte de Portalegre, em 1299, por outro. Assinale-se que o atraso no pagamento das fossadeiras não era um problema exclusivamente português. Veja-se o caso dos moradores na cidade de Leão que, em 1351, não tinham ainda pago as fossadeiras que o rei mandara recolher em 1349, nem sequer as referentes ao cerco de Algeciras, uma operação militar que decorreu entre 1342 e 1343 (*Colección Documental de Pedro I de Castilla*, Vol. I, org. de Luís Vicente Díaz Martín, s.l., Junta de Castilla y León-Consejería de Educación y Cultura, 1997, doc. 104, pp. 140-141, de 1351, Maio, 14).

jectivos, pelo envio de convocatórias para os diversos contingentes, à atribuição de locais de reunião e de missões específicas, assegurando-lhes também, sempre que possível, todo o seu suporte logístico necessário. Porém, mesmo tratando-se de uma acção eminentemente ofensiva e desencadeada contra um inimigo teoricamente debilitado, como no caso em apreço, nem por isso as questões de natureza defensiva podiam ser esquecidas ou descuradas.

Nesse sentido, era imprescindível, em primeiro lugar, anular potenciais ameaças, se possível, através da via negocial. Assim, D. Dinis procurou assegurar-se da neutralidade da Ordem Militar de Alcântara, cujos senhorios eram confinantes com a raia beirã e alto-alentejana e que podiam, como tal, ser utilizados como bases de operações para incursões contra território português, mas também contra a retaguarda da hoste régia. Nesse sentido, o rei, através de uma carta datada de 20 de Agosto – ou seja, cerca de um mês antes do início da campanha –, fez doação àquela ordem e ao seu mestre, D. Fernán Perez Gallego, da igreja de Santa Maria de Seia, com o respectivo padroado, pondo fim a um diferendo que se arrastava há já algum tempo e cuja resolução podia, pelo menos em teoria, evitar que a ordem tomasse uma posição ostensivamente adversa aos interesses portugueses⁵⁹. E foi também com o objectivo de acautelar potenciais ameaças provenientes daquela mesma região que D. Dinis entrou na posse da importante praça-forte de Coria – localizada precisamente nas imediações de Alcântara –, comprada ao infante D. Juan por 315 000 maravedis leoneses⁶⁰. O rei garantiu ainda a neutralidade do jovem D. Sancho de Ledesma – primo direito de Fernando IV e de D. Dinis –, atraindo-o para a sua vassalidade e anulando, desta forma, o perigo que as fortalezas do seu senhorio de Riba-Côa poderiam constituir para a retaguarda do corpo expedicionário português a partir do momento em que cruzasse a fronteira, junto da cidade da Guarda⁶¹.

A implementação de medidas eficazes de defesa do território pressupunha também a existência de castelos e cinturas de muralhas em bom estado de conservação, bem abastecidas de mantimentos, de água e de armas, pois só assim poderiam, em caso de cerco, proteger tanto os que nelas residiam, quanto os que, obedecendo ao “reflexo obsidional”, aí procuravam refúgio⁶².

Com efeito, a rede de fortalezas portuguesas, designadamente as da raia, estava, desde o início da governação dionisina, a ser sujeita a um amplo pro-

⁵⁹ *Colección Documental Medieval de la Orden de Alcántara (1157?-1494)*, Tomo I, dir de Bonifacio Palacios Martín, Madrid, Fundación San Benito de Alcántara / Editorial Complutense, 2000, doc. 395, p. 256, de 1296, Agosto, 20.

⁶⁰ IAN/TT, Gaveta XIV, Maço 1, Doc. 10, de 1296, Novembro, 19.

⁶¹ *Crónica de Portugal de 1419, op. cit.*, Cap. 99, pp. 173-174.

⁶² Claude Gaier define este “reflexo obsidional” como “a reacção automática [das populações] que consistia em responder a um ataque encerrando-se nos pontos fortes da sua região” (Claude Gaier, *Art et Organisation Militaires Dans la Principauté de Liège et Dans le Comté de Looz au Moyen Age*, Bruxelles, Mémoires de la Classe des Belles Lettres et des Sciences Morales et Politiques de l’Académie Royale de Belgique, 1968, p. 204.).

grama de melhoramentos. São bem conhecidas, sobretudo graças aos estudos de Mário Barroca⁶³, as obras levadas a cabo desde 1279 em grande parte das praças-fortes do reino, com particular destaque para as que se encontravam mais próximas da fronteira. Assim, as fontes dão-nos a conhecer, desde o início do reinado de D. Dinis, a realização de intervenções – na sua maioria por iniciativa régia – em Monção, Chaves, Marvão, Castro Marim, Guarda, Vila Nova de Cerveira, Castro Laboreiro, Mirandela, Miranda do Douro, Torre de D. Chama, Torre de Moncorvo, Mértola, Alandroal, Vila Viçosa e Portalegre, para além de outras que parecem ter decorrido ao longo deste período, mas que não é possível datar com precisão⁶⁴.

Ainda que este amplo programa de reformas estivesse longe de ser dado como concluído, parece evidente que o elevado número de fortalezas interencionadas até 1296 conferia às zonas onde se implantavam uma boa capacidade de defesa, revelando-se também excelentes bases de operações para o lançamento de investidas contra território inimigo, motivo pelo qual a cidade da Guarda, onde haviam sido realizadas importantes obras de melhoramentos entre 1280 e 1295, foi escolhida, em 1296 – à imagem do que sucedera no ano anterior –, como o local de reunião da hoste régia.

Mas a implementação de medidas de natureza defensiva significava ainda, na maior parte das situações, a reorganização da estrutura do comando militar das comarcas, regiões ou localidades potencialmente mais expostas à acção das forças inimigas. Com esse fim, D. Dinis procedeu, como assinalam as fontes narrativas, à nomeação de fronteiros para os territórios raianos⁶⁵, conhecendo-se, ainda assim, apenas o nome de D. Lourenço Afonso, mestre de Avis entre 1296 e 1310, destacado para a frontaria de Arronches⁶⁶. Como sublinha Gouveia Monteiro, estes oficiais encontravam-se investidos de “poderes de excepção, teoricamente apenas passíveis de ser exercidos em conjunturas de guerra ou de grande agitação militar e que (...) traduzem uma atitude deliberada da monarquia para – nesses momentos de especial delicadeza política – esvaziar de alguma maneira as competências dos ofícios de alcance militar tradicionais e garantir à Coroa um controlo bastante mais apertado sobre tudo aquilo que se relacionasse com a organização das actividades bélicas”⁶⁷. Contudo, não lhes estavam atribuídas apenas missões de natureza exclusivamente defensiva. Da sua esfera de competências – tal como

⁶³ Mário Barroca, “D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa”, in *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. As Relações de Fronteira no Século de Alcanices. Actas*, Vol. I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2000, pp. 801-822.

⁶⁴ Miguel Gomes Martins, *op. cit.*, pp. 412-424 e, sobretudo, 427-428.

⁶⁵ *Crónica de Portugal de 1419*, *op. cit.*, Cap. 96, p. 171. Infomação em tudo semelhante é veiculada por Rui de Pina: “ElRey D. Dinis (...) apercebeo muy bem seus Castellos das frontarias, em que leyxou boos fronteyros, e ajuntou outra vez suas gentes pera mais poderoso entrar em Castella” (Rui de Pina, *op. cit.*, Cap. VI, p. 243).

⁶⁶ *Crónica de Portugal de 1419*, *op. cit.*, Cap. 97, p. 172.

⁶⁷ João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Notícias, 1998, p. 139.

no caso dos alcaides de algumas praças-fortes raianas – fazia também parte a realização de cavalgadas cujo objectivo era desgastar os recursos do inimigo, enfraquecendo-o pela fome, pela doença, pela guerrilha e pela saturação⁶⁸, deixando-o, dessa forma, incapaz de ripostar e de se defender. De facto, segundo frei Francisco Brandão, “*enquanto o nosso exercito andou em castela pela parte de Riba Côa e Salamanca entraram os fronteiros ao mesmo tempo por todas as partes em que fizeram grandíssimos danos e roubos*”⁶⁹. Punha-se, desta forma, em prática um tipo de guerra como o que era proposto, na esteira de Vegécio⁷⁰, por diversos tratadistas medievais e em tudo semelhante ao defendido pelo conde da Flandres, que em 1173 afirmava:

“Aniquila os teus inimigos e devasta o seu país
Faz com que seja consumido por fogos e incêndios.
Que nada fique nos bosques nem nos prados,
de que amanhã se possam alimentar”⁷¹.

A multiplicação deste tipo de acções desencadeadas pelos fronteiros um pouco ao longo de toda a raia servia ainda um outro propósito: o de obrigar o inimigo a dividir as suas forças, impedindo-o de acorrer ao local onde iria ser desferido o ataque principal, uma missão habitualmente da responsabilidade da hoste régia e a que a campanha de 1296 não fugiu à regra.

As fontes narrativas não são particularmente elucidativas a respeito da composição do exército reunido por D. Dinis na cidade da Guarda no Verão de 1296. Ainda assim, permitem-nos adivinhar, através das expressões utilizadas para descrever esse contingente, que se trataria de uma força de grandes dimensões. Assim, a “Crónica de Portugal, de 1419” adianta que o rei “*ajuntou suas gemtes outra vez mais poderosamente que pôde*”⁷², uma informação utilizada por Rui de Pina, que acrescenta que o monarca “*com asaas poder se foy à sua Cidade da Guarda, pera dahy entrar loguo em Castella*”⁷³. Por seu lado, também o castelhano Fernán Sanchez de Valladolid sublinha que D. Dinis “*vino luego com todo su poder*”, o que parece corroborar as informações fornecidas pelas narrativas portuguesas⁷⁴.

⁶⁸ Idem, *ibidem*, p. 207.

⁶⁹ Frei Francisco Brandão, *op. cit.*, fl. 246v.

⁷⁰ *Epitome of Military Science*, translated with notes and introduction by N. P. Milner, Liverpool, Liverpool University Press, 1996 (2ª edição), Livro III, Cap. 26, p. 116. Gaston Bouthoul sublinhou precisamente que “a acção sobre os abastecimentos do inimigo é uma das formas mais eficazes de luta” (Bouthoul, 1966, p. 243).

⁷¹ Cit. por Nicholas Hooper e Mathew Bennett, *Atlas Akal Ilustrado: La Guerra en la Edad Media (768-1492)*, Madrid, Akal, 1996, p. 162.

⁷² *Crónica de Portugal de 1419*, *op. cit.*, Cap. 96, p. 171.

⁷³ Rui de Pina, *op. cit.*, Cap. VI, p. 242.

⁷⁴ “Crónica de Don Fernando el IV”, in António Benavides, *op. cit.*, Cap. II, p. 33. Por seu lado, os “Anales de la Corona de Aragón” limitam-se a informar, de forma lacónica, que “*Estando los Infantes sobre Mayorga, auia moido (...) el Rey don Dionys de Portogal com su exercito en su ayuda*” (Jerónimo Zurita, *op. cit.*, fl. 369v).

Porém, as fontes documentais permitem-nos precisar um pouco melhor estas afirmações, reconheça-se, algo vagas. Com efeito, através das listas de confirmantes de quatro documentos elaborados em Trancoso, entre os dias 8 e 10 de Novembro de 1296 – ou seja, no final da campanha –, é possível perceber que D. Dinis se encontrava acompanhado pelos principais ricos-homens do reino: o alferes-mor Martim Gil de Riba de Vizela, João Afonso Telo, João Fernandes de Lima, João Rodrigues de Briteiros, Fernão Peres de Barbosa, Lourenço Soares de Valadares, Pedro Anes de Portel e João Mendes de Briteiros. Com o rei estariam ainda João Simão de Urrô, o sobrejuiz Silvestre Migueis e o cavaleiro Pedro Afonso Ribeiro⁷⁵, entre muitos outros de que as fontes não fazem qualquer menção, mas entre os quais se incluiriam um número expressivo de vassalos destas personalidades.

Assim, partindo do pressuposto que os contingentes apresentados pelos ricos-homens rondariam, em média, uma meia centena de lanças⁷⁶ – uma estimativa modesta e que corresponde a um quarto do que, pela mesma altura era corrente em Castela⁷⁷ –, embora seja perfeitamente admissível que alguns conseguissem atingir a centena⁷⁸, parece possível que em 1296 as forças mobilizadas por esses fidalgos tenham totalizado entre 500 e 600 lanças de cavalaria, o que, somado a outras mesnadas de menor dimensão que se terão jun-

⁷⁵ IAN/TT, Chancelaria de D. Dinis, Livro 2, fls. 128-130, de 1296, Novembro, 8 a 10.

⁷⁶ Em períodos de paz, as comitivas com que os ricos-homens se apresentavam na corte, segundo a “Lei das aposentadorias”, de 1261, não podiam ascender, como vimos, a 10 cavaleiros no caso dos ricos-homens que auferiam uma soldada equivalente a 10 000 maravedis (*Livro das Leis e Posturas*, ed. de Nuno Espinosa Gomes da Silva e Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1971, p. 141, de 1261). Contudo, estes eram os séquitos “permanentes” que, habitualmente, acompanhavam aqueles magnates, não podendo, por isso, ser entendidos como referência para calcular a dimensão das mesnadas senhoriais que, em períodos de guerra, seriam muito mais numerosas, ultrapassando, no caso dos ricos-homens, largamente a dezena de cavaleiros. A título comparativo, atente-se nas dimensões de alguns dos contingentes fornecidos por alguns membros da alta nobreza francesa em 1211-1212: duque da Borgonha, 180 lanças; conde de Beaumont, 20 lanças; conde de Sancerre, 10 lanças; burgrave de Melun, 25 lanças; conde de Dreux, 40 lanças; conde de Auxerre, 30 lanças. As indicações disponíveis para o ano de 1317 permitem igualmente conhecer as forças de alguns dos nobres mais prestigiados e poderosos do reino de França: conde de Saint Pol, 50 lanças; senhor de Montmorency, 30 lanças; conde de Sancerre, 30 lanças; burgrave de Melun, 25 lanças (J. F. Verbruggen, *The Art of War in Western Europe During the Middle Ages*, Woodbridge (UK) / Rochester (US), Boydell Press, 1997, pp. 242-243).

⁷⁷ Gonzalo Martinez Diez, *Fernando III. 1217-1252*, Plasencia, La Olmeda, 1993, pp. 252 e 256.

⁷⁸ Alguns nobres teriam mesmo a capacidade para reunir mesnadas de dimensão muito superior a cem lanças. Vejamos dois exemplos: Em 1282, Vasco Martins Pimentel, “*mui bõ cavaleiro e de gram fazenda*”, em ruptura com D. Dinis, parte para Castela e coloca-se ao serviço de Afonso X, então em luta com o herdeiro da coroa, o infante D. Sancho. Consigo Vasco Martins levava 250 cavaleiros, entre os quais se encontravam Lourenço Fernandes de Castro e Martim Ferreira, conhecido por Martim “*Nariz*”, “*que eram mui vedros cavaleiros*” (*Portugaliae Monumenta Histórica: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Vol. I, ed. crítica de José Mattoso, Lisboa, Academia das Ciências, 1980, pp. 395-396). Em altura próxima e com o mesmo objectivo, D. Beatriz, viúva de Afonso III, entrara em Castela em auxílio de seu pai, Afonso X, com 300 cavaleiros (*Crónica Geral de Espanha de 1344*, op. cit., Cap. I, p. 513), entre os quais se contavam Soeiro Peres Barbosa (José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*, Vol. I, op. cit., p. 523), Abril Peres, vassalo da rainha, e Vasco Moniz Serra, filho do mestre de Calatrava e, provavelmente, também seu vassalo (*Chancelaria de D. Afonso III. Livro 1*, Vol. II, ed. de Leontina Ventura e António Resende de Oliveira, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006, doc. 742, pp. 321-322, de 1283, Dezembro, 25; e doc. 692, pp. 259-260, de 1284, Janeiro 8).

tado à hoste, deve ter possibilitado ao rei contar com perto de um milhar de lanças. Ora como praticamente todas estas unidades incluíam também contingentes de infantaria – à razão, como propõe García Fitz, de 2 a 3 peões por cada cavaleiro –, é muito provável que, só com base nas forças fornecidas pela nobreza, tenham sido reunidos na cidade da Guarda cerca de 2 000 peões⁷⁹.

Pese embora o facto de as fontes se revelarem silenciosas a esse respeito, acreditamos que, como noutras ocasiões, também em 1296 o rei terá contado com a presença de combatentes recrutados nos concelhos, designadamente dos “suspeitos do costume”, isto é, as milícias de Lisboa e de Santarém. Tanto umas como outras eram – e continuariam a sê-lo ao longo de todo o reinado – presenças habituais nas hostes mobilizadas por D. Dinis, pelo que é muito natural que tivessem também sido convocadas para a campanha de 1296⁸⁰. Mas não seriam, supomos, as únicas. Tendo a hoste sido reunida na Guarda, é igualmente provável que esta cidade beirã tenha também contribuído com alguns dos seus milicianos, tal como terá acontecido com as de outros núcleos urbanos próximos como as localidades de Castelo Branco, ou mesmo de Viseu. Ora tendo os concelhos de Lisboa e de Santarém uma capacidade de mobilização que, somada, rondaria os 200 a 300 cavaleiros, no mínimo, e os da Guarda, Castelo Branco e Viseu uma capacidade para reunir um total cerca de 200 cavaleiros⁸¹, não parece descabido pensar que entre estas cinco cidades o monarca tivesse mobilizado cerca de meio milhar de cavaleiros e talvez – de acordo com a proporção sugerida por García Fitz – o dobro de peões.

Ainda que a milícia dos besteiros do conto não estivesse ainda constituída – os exemplos mais recuados da sua existência remontam apenas a 1299 –, sabemos que D. Dinis depositava uma particular confiança na eficácia destes corpos de atiradores⁸², que devem também ter integrado as forças recrutadas para a campanha da Guarda. Assim, é possível, como defendemos já num outro estudo, que a célebre lista dos “*beesteyros que devem hyr a serviço*”

⁷⁹ Calculámos o número de peões presentes nesta campanha, mais uma vez, com base na proporção de um cavaleiro para cada dois ou três peões proposto por García Fitz, *op. cit.*, pp. 140-142.

⁸⁰ Em 1281, para o cerco a Castelo de Vide, o rei convocou as milícias concelhias de Lisboa que, face à ausência das principais figuras da nobreza, constituíram, segundo frei Francisco Brandão, “a principal ajuda” do rei (Frei Francisco Brandão, *op. cit.*, fl. 61); em 1298, para uma nova intervenção em Castela, desta feita, em apoio de Fernando IV o rei português contou, mais uma vez, com o apoio das milícias concelhias de Lisboa, bem como com a presença das suas congéneres de Santarém (AML-AH, Livro II de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I, doc. 6, de 1298, Setembro, 17, pub. em *Documentos Para a História da Cidade de Lisboa: Livro I de Místicos de Reis e Livro II de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1947, doc. 6, pp. 113-114 e Frei Francisco Brandão, *op. cit.*, fls. 155v-156). Recorde-se que durante a Guerra Civil de 1319-1324, D. Dinis também recorreu ao apoio das milícias concelhias de Lisboa (Miguel Gomes Martins, *op. cit.*, 150).

⁸¹ Miguel Gomes Martins, *op. cit.*, pp. 153-154.

⁸² De outro modo não se perceberia a mobilização, em Lisboa – para além de forças de cavalaria –, de um corpo de infantaria composto exclusivamente por besteiros para o cerco de Castelo de Vide, em 1281 (AML-AH, Livro II de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I, doc. 6, de 1298, Novembro, 17; pub. em *Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Livro I de Místicos de Reis e Livro II de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I*, doc. 6, pp. 113-114).

dEl Rey” de finais do século XIII, publicada, entre outros, por Gama Barros, se reporte à campanha de 1296⁸³, o que teria permitido ao rei mobilizar, só nas localidades mencionadas nesse rol (Abrantes, Tomar, Pombal, Torres Novas, Soure, Ourém, Porto de Mós, Leiria, Penela, Miranda do Corvo, Lousã, Coimbra, Montemor-o-Velho, Alcanede e Santarém), o número apreciável de cerca de 338 combatentes armados com a mais letal das armas de então: a besta⁸⁴.

Para esta campanha e tal como noutras ocasiões, D. Dinis terá também contado com o importante apoio das ordens militares. Apesar de as fontes nada adiantarem a respeito da inclusão destas forças na hoste régia, tudo indica que desempenharam o importante papel de garantir o reforço da defesa da fronteira Leste do reino, aliás, à semelhança do que havia sido feito no ano anterior, com a instalação de contingentes Templários na vila de Touro, junto da Guarda⁸⁵, de forma a proteger a retaguarda do corpo expedicionário português. Mais a sul, essa missão defensiva esteve entregue à Ordem de Avis, cujos exércitos, sob o comando do mestre D. Lourenço Afonso, chegaram mesmo a envolver-se em combate ao tentarem travar uma incursão castelhana lançada contra a zona de Arronches⁸⁶.

Assim, em jeito de balanço, é perfeitamente possível que, na campanha de 1296, a hoste régia portuguesa fosse constituída, numa estimativa modesta, por perto de 1 500 cavaleiros – entre cavalaria pesada e ligeira – e

⁸³ Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, Vol. V, ed. dirigida por Torquato de Sousa Soares, Tomo I, Lisboa, Sá da Costa, 1948, p. 232, n. 2. Não é possível, como já referimos, datar este arrolamento, nem mesmo identificar a situação a que se refere. No entanto, não deixa de ser curioso o facto de todas as povoações mencionadas no rol, se localizarem – à excepção de Coimbra e de Montemor-o-Velho que, mesmo assim não se encontram muito afastadas dessa região – entre o Mondego e o Tejo, ou seja, no centro do país e em posições estrategicamente privilegiadas para acorrerem a qualquer local do território nacional, mas, com maior rapidez, à raia beirã. Nesse sentido, não deixa de ser possível que a defesa dessa fronteira pudesse ser uma das principais missões que lhes estava atribuída. Do mesmo modo, é muito natural que qualquer reunião da hoste régia cujo objectivo estratégico fosse uma ofensiva, por exemplo sobre a região compreendida entre Salamanca e Ciudad Rodrigo, contasse igualmente com o concurso de forças provenientes das localidades mencionadas no rol. Poderemos, então, estar em presença de uma mobilização de contingentes de besteiros para uma acção ofensiva concreta como as que tiveram lugar em 1296 e em 1298 e que tiveram como ponto de reunião a cidade da Guarda? As fontes não são suficientemente claras para que possamos dar uma resposta cabal a esta questão, embora nos pareça que esta seja uma possibilidade a não descurar. Esta hipótese é reforçada pela datação habitualmente atribuída a este arrolamento e que aponta a data da sua elaboração como os finais do século XIII (Miguel Gomes Martins, *op. cit.*, p. 157, nota 686).

⁸⁴ Este é um número bastante reduzido se o compararmos, por exemplo, com os 4 000 a 6 000 besteiros italianos que lutaram em Crécy, integrados no exército francês (Clifford Rogers, *War Cruel and Sharp. English Strategy under Edward III, 1327-1360*, Woodbridge (UK) / Rochester (USA), Boydell Press, 2000, p. 267). Porém, esta disparidade diminui consideravelmente em comparação com os 800 besteiros que – segundo Fernão Lopes – formavam a hoste portuguesa presente em Aljubarrota (João Gouveia Monteiro, *Aljubarrota, 1385. A Batalha Real*, Lisboa, Tribuna, 2003, p. 98). Contudo, tanto uma como outra batalha foram, pelos efectivos envolvidos, quer de um lado, quer do outro, situações excepcionais e que, por isso, fugiam ao modelo habitual de acordo com a qual os contingentes de besteiros raramente ultrapassavam algumas centenas de homens (Verbruggen, *op. cit.*, p. 119).

⁸⁵ IAN/TT, Gaveta VII, M 3, doc. 10, de 1295, Setembro, 9, em traslado de 1317, Setembro, 28. Sobre esta intervenção, cf. *supra* pp. 40-41, nota 125.

⁸⁶ *Crónica de Portugal de 1419*, *op. cit.*, Cap. 97, p. 172.

por um número de forças apeadas que rondaria os 3 000 homens e onde se incluía um importante contingente de besteiros.

Reconstituição conjectural da hoste régia portuguesa em 1296 (Quadro sinóptico)

	Cavaleiros	Peões
Contingentes nobres	1 000	2 000
Milícias concelhias	500	1 000
Besteiros da zona Centro	— — — — —	338
TOTAL	1 500	3 338

Mas seria esta uma hoste realmente numerosa como sublinha a generalidade das fontes narrativas? Tudo o indica que sim. De facto, como tivemos já oportunidade de demonstrar num outro estudo, os exércitos reunidos pela Coroa portuguesa entre meados de Duzentos e meados de Trezentos rondavam em média os 1 000 a 1 500 cavaleiros e os 2 000 a 4 500 peões, um número bastante próximo, aliás, dos meios humanos mobilizados, no mesmo período, por outras monarquias peninsulares⁸⁷.

4. Da ofensiva à retirada

Conforme foi já demonstrado por Verbruggen, a velocidade média de uma força com estas características – isto é, composto por cavalaria, infantaria e *carriagem* – a deslocar-se através de terreno pouco acidentado, como o da região entre a fronteira portuguesa e a cidade de Valladolid, dificilmente

⁸⁷ Francisco García Fitz, *op. cit.*, p. 140. Recorde-se, por um lado, a campanha castelhana-leonesa de 1231 contra o vale do Guadalquivir, que congregou perto de 1 200 cavaleiros e 2 800 peões (Idem, *Ibidem*, p. 139. Assinale-se que o conde D. Pedro fornece uma versão próxima destes números, registando que “os cristãos nom chegavam a mil de cavalo e os de pee nom chegavam a dous mil e quinhentos” (*Portugaliae Monumenta Histórica: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Vol. I, *op. cit.*, p. 168); e, por outro, os 2 000 cavaleiros – para além de um número desconhecido de peões – com que Pedro III de Aragão invadiu a Sicília, em 1282 (Jerónimo Zurita, *op. cit.*, Cap. XXII, fl. 247v. Estes eram também números muito próximos dos que encontramos fora do âmbito peninsular. Relembremos, por exemplo, que Eduardo III de Inglaterra conseguia, sem grande dificuldade, mobilizar dois milhares de homens-de-armas, tendo mesmo conseguido recrutar 3 000 cavaleiros e 1 000 arqueiros para a campanha de 1340 (Clifford Rogers, *op. cit.*, 2000, p. 139, n. 58 e p. 138).

ultrapassaria velocidades superiores a 4,5-5 km por hora⁸⁸, o que levava a que fizessem, em média, etapas na ordem dos 20 a 30 km diários⁸⁹. Assim, e em face dos dados disponíveis, é possível calcular com alguma aproximação o itinerário da hoste régia e a cronologia da campanha de 1296.

Como referimos já, o exército português partiu da cidade da Guarda, entre a terceira e a quarta semana de Setembro, em direcção a Ciudad Rodrigo, um trajecto de cerca de 80 km, que deve ter sido percorrido aproximadamente em três-quatro dias. Provavelmente durante esta primeira etapa, o exército português assegurou, como sugere Manuel Gonzalez Jimenez, o controlo da vila fronteiriça de S. Félix dos Galegos, onde é possível que tenha mesmo sido colocado um pequeno destacamento⁹⁰. Avança, então, de Ciudad Rodrigo em direcção a Salamanca, ao longo de mais uma etapa de 90 km, na qual terá gasto perto de quatro dias. Nesta cidade, onde é natural que tenha feito um alto mais prolongado, talvez de dois ou três dias, a hoste de D. Dinis junta-se às forças de D. Juan e de Afonso de Lacerda⁹¹ e aos contingentes aragoneses, comandados por D. Pedro Coronel⁹², sobreviventes do cerco a Mayorgas de Campo que, como vimos, terminara pouco antes do dia 28 de Agosto⁹³. O exército aliado, provavelmente agora sob o comando de D. Dinis, progride, numa nova etapa, até Tordesilhas – percorrendo perto de 85 km em quatro-cinco dias –, dirigindo-se, então, para Simancas, onde chega no dia seguinte após um trajecto bem mais curto que os anteriores, de apenas 20 km, o equivalente a um dia de marcha. Entre o momento em que cruzara a fronteira e a chegada a esta localidade, no início de Outubro, a hoste avançara ao

⁸⁸ Verbruggen sugere precisamente que, em marcha, as forças apeadas avançavam, por norma, a uma velocidade de 5 km por hora e que a cavalaria conseguia, por seu lado, atingir os 7 km horários (Verbruggen, *op. cit.*, p. 248). Ora, como o ritmo de uma coluna de marcha mista era marcado pelos mais lentos, os peões, a sua velocidade não suplantaria, por isso, os 5 Km por hora. Sobre esta questão, veja-se também João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, *op. cit.*, p. 231.

⁸⁹ Estas são, regra geral, as médias que encontramos noutras campanhas. Relembre-se que, em 1162, aquando da tomada de Beja, as forças portuguesas percorreram a distância que separava Coimbra de Beja em três etapas: Coimbra a Santarém (120 Km percorridos de dia, por estrada, em 4 a 5 dias, em etapas de 24 a 30 Km), de Santarém a Alcácer, por Coruche e Cabrela (100 Km percorridos em 3 a 4 dias em virtude da travessia do Tejo, com etapas de 25 a 33 Km) e de Alcácer a Beja (A. Botelho da Costa Veiga, “A data da tomada de Beja”, in *Três Temas Históricos (Século XII)*, Separata de *Anais*, II Série, Vol. 7, 1966, pp. 15-16).

⁹⁰ Manuel González Jiménez, “Las relaciones...”, *op. cit.*, p. 17, n. 43. Se assim foi, esse contingente não terá aí permanecido depois do final da campanha, como se percebe pelo facto de no dia 9 de Outubro de 1297, poucas semanas depois da assinatura do Tratado de Alcanizes, D. Dinis ter escrito às autoridades dessa localidade, informando-as que iria, através dos seus procuradores, tomar posse da vila (César Gonzalez Minguez, *op. cit.*, p. 51).

⁹¹ “Discurso Preliminar”, in Antonio Benavides, *op. cit.*, p. XX.

⁹² Jerónimo Zurita, *op. cit.*, fl. 370.

⁹³ César Gonzalez Minguez, alicerçado no testemunho da “Crónica de D. Fernando” (“Crónica de Don Fernando el IV”, in António Benavides, *op. cit.*, Cap. II, p. 33) afirma que D. Dinis terá recebido a notícia do desastre de Mayorgas quando chegou a Salamanca (Gonzalez Minguez, *op. cit.*, p. 39), o que não parece fazer qualquer sentido pois o cerco teve o seu epílogo nos finais de Agosto e D. Dinis chegou a Salamanca já durante a segunda metade de Setembro, pelo que neste intervalo de perto de um mês certamente que tão importante notícia teria que ter chegado ao rei português.

longo de aproximadamente 300 km, uma distância cruzada em pouco mais de 15 dias⁹⁴.

Não restam quaisquer dúvidas que mesmo depois de o apoio militar aragonês se ter praticamente esfumado junto dos muros de Mayorga de Campos, os objectivos da coligação mantinham-se, apesar de tudo, intactos. Assim, Valladolid continuava a ser o alvo estratégico prioritário, já que a conquista da cidade significava, sem grande margem de dúvida, a derrota de Fernando IV. A “Crónica de 1419” é clara a esse respeito ao afirmar que “*el-rey dom Denis o hya [a Fernando IV] çerquar e que ele avia de poer seu arrayal da parte de Valhadolyd, e dom Afonso, que se chamava rei de Castela, com as gentes d’Aragão da outra parte, e dom Yohão, que se chanava rei de Liam, da outra*”⁹⁵.

Contudo, rapidamente terá ficado claro – pelo menos para o comando português – que só com as forças disponíveis em Simancas seria muito difícil alcançar aquele objectivo. Talvez por isso, se tenha optado, por não avançar contra o principal bastião de Fernando IV, mas sim por aproveitar a posição de força em que o exército aliado ainda se encontrava e tentar resolver a questão, primeiro, pela via negocial, uma solução prontamente recusada pela rainha-mãe – a fazer fé nas fontes narrativas castelhanas –, que não chegou sequer a conhecer os termos da proposta apresentada pelo emissário de D. Dinis⁹⁶. Contudo, nem assim o *Rei Lavrador* decide avançar. Indecisão? Excesso de cautela? Prudência? Estaria porventura a aguardar a chegada de reforços, eventualmente de tropas aragonesas? Não o sabemos ao certo.

E se no principal teatro de operações a actividade militar era praticamente nula, mais a sul a situação era bem diferente. Com efeito, na raia alentejana, as milícias concelhias de Elvas tomam a iniciativa e conquistam as praças-fortes de Campo Maior e de Alvalade⁹⁷. As fontes disponíveis pouco adiantam acerca deste episódio, embora não deixem qualquer dúvida relativamente à sua veracidade. A carta pela qual D. Dinis, em Dezembro desse ano, concede aquelas duas fortalezas ao concelho de Elvas, por exemplo, é clara a esse respeito ao afirmar que lhes concedia “*os castelos de Campo Mayor e d’Alvaladi que elles filharom*”⁹⁸. E se dúvidas existissem, dissipar-se-iam certamente com os depoimentos dos indivíduos inquiridos em 1353 para efeitos da demarcação dos termos de Campo Maior e de Badajoz, todos eles unânimes quanto ao facto de a conquista dessas duas praças-fortes ter tido lugar no âmbito da guerra de 1296⁹⁹.

⁹⁴ A título meramente ilustrativo, compare-se com as duas semanas gastas em 1298 pela hoste régia portuguesa para percorrer os 150 km que separam Ciudad Rodrigo da vila de Toro (César Gonzalez Minguez, *op. cit.*, p. 56).

⁹⁵ *Crónica de Portugal de 1419, op. cit.*, Cap. 97, p. 172.

⁹⁶ “Crónica de Don Fernando el IV”, in António Benavides, *op. cit.*, Cap. II, p. 36.

⁹⁷ Frei Francisco Brandão, *op. cit.*, fl. 246v-247.

⁹⁸ IAN/TT, Chancelaria de D. Dinis, Livro 2, fl. 131, de 1296, Dezembro, 31.

⁹⁹ IAN/TT, Gaveta XIV, M 7, doc. 24, de 1353, Março, 1.

Porém, os exércitos castelhanos não assistiam passivamente a esta e outras investidas levadas a cabo pelos portugueses. E foi também na região do Alto Alentejo que, segundo a “Crónica de 1419”, Alfonso Perez de Guzmán – um dos responsáveis pela defesa da fronteira andaluza e que havia também sustido, mais a sul, alguns ataques granadinos¹⁰⁰ – “ajuntou muitas gentes d’Andaluzia e da frontaria d’Aronches e doutros lugares, e entraram em Portugal, destroindo e queimando e matando homens e mulheres”¹⁰¹. A fonte adianta ainda que no decurso de uma dessas incursões teve lugar um enfrentamento campal entre as forças andaluzas e os contingentes do mestre de Avis, Lourenço Afonso, fronteiro em Arronches. Vitoriosa, segundo Rui de Pina devido a uma clara superioridade numérica¹⁰², a hoste comandada por Alfonso Perez terá feito cerca de 900 prisioneiros, muitos dos quais acabaram, como assegura o autor da “Crónica de 1419”, vendidos em “Sevilha e em Toledo a xii maravedis e ainda por mais pouco”¹⁰³.

A escalada de violência aumentava à medida que portugueses e castelhanos multiplicavam as suas acções de retaliação. Como sublinha a “Crónica de 1419”, a que mais uma vez recorremos:

*“E desta guisa fizeram os castelhanos aos portugueses e os portugueses aos castelhanos, que os cativaram e os vendiom asy como servos a quem os comprar queria, mas alguns castelhanos avia tam erejes e sem umanidade que, quando cativavam os portugueses, asy lhe tiravam às bestas como se jugarom à bareira”*¹⁰⁴.

Mas a resposta castelhana às ofensivas portuguesas não se fazia apenas por terra. Com efeito, outro dos alvos escolhidos foi a própria capital portuguesa, atacada por uma frota proveniente de Sevilha e que entrou “*per o ryo de Lixboa e chegarom ate Restelo e tomarom nãos que hy estavom caregadas de mercadarias e levarom-nas*”¹⁰⁵. Apesar da surpresa, algumas embarcações portuguesas aí ancoradas conseguiram reagir e, segundo Saturnino Monteiro,

¹⁰⁰ César Gonzalez Minguez, *op. cit.*, p. 39. Registe-se que foi Alfonso Perez de Guzmán que, segundo a “Crónica Geral de Espanha, de 1344” e a “Crónica de 1419”, serviu de mensageiro entre Fernando IV e D. Dinis nas negociações que conduziram, no ano seguinte, aos acordos de Alcanizes (*Crónica Geral de Espanha de 1344*, *op. cit.*, Cap. DCCXIX, p. 246; e *Crónica de Portugal de 1419*, *op. cit.*, Cap. 100, p. 174).

¹⁰¹ Ainda que frei Francisco Brandão questione a entrada em Portugal de forças comandadas por Alfonso Perez de Guzmán, as fontes documentais castelhanas parecem corroborar as afirmações da “Crónica de 1419”. De facto, na carta de Fernando IV doação do castelo e vila de Sanlúcar de Barrameda a Alfonso Perez, referem-se os “*muchos servicios, que fizo á nos despues que regnamos acá, sennaladameinte en defendimiento de la nuestra tierra de la Andalucia, é de la guerra que el rey de Granada habia com nuesco, et en amparar, é en defender la villa de Tarifa; et otrosi, por quan bien, é quan lealmente se paró á la guerra que habia con nuesco el rey de Portugal, faciendo en la su tierra la mas crua guerra que se facer podia*” (“Colección Diplomática...”, in António Benavides, *op. cit.*, doc. CII, pp. 145-147, de 1297, Outubro, 13).

¹⁰² Rui de Pina, *op. cit.*, Cap. VII, p. 245.

¹⁰³ *Crónica de Portugal de 1419*, *op. cit.*, Cap. 97, p. 172. Isto é, um preço equivalente ou inferior – já que falamos de guerra – ao de três escudos de cavaleiro e um capelo de ferro (Miguel Gomes Martins, *op. cit.*, p. 290).

¹⁰⁴ *Crónica de Portugal de 1419*, *op. cit.*, Cap. 97, p. 172.

¹⁰⁵ *Ibidem*, Cap. 96, p. 171.

sob o comando do almirante, zarparam em perseguição da armada inimiga, alcançando-a e derrotando-a ao largo de Sines¹⁰⁶.

Entretanto, o exército aliado estacionado em Simancas debatia-se com mais problemas, o mais sério dos quais era o facto de continuar sem dispor das forças necessárias para cercar Valladolid. Para além disso, começam a verificar-se as primeiras deserções, com muitos nobres, desiludidos com o rumo dos acontecimentos, mas também aliciados por Fernando IV e Maria de Molina, a abandonarem, com as respectivas mesnadas, o partido dos infantes D. Juan e Alfonso de la Cerda. Talvez por isso, o comando português tenha considerado prudente recuar para a margem esquerda do rio Douro, para a localidade de Medina del Campo. Tratava-se de uma posição mais segura porquanto mais afastada do principal bastião inimigo e onde, por isso, não se encontravam tão expostos a um eventual ataque lançado pelas forças leais ao jovem rei de Castela, que podiam mesmo cortar as linhas de retirada da hoste portuguesa caso conseguissem apossar-se das pontes sobre o Douro¹⁰⁷. É mesmo possível, como propõem alguns autores – ainda que sem qualquer fundamento documental – que tenha ocorrido um ataque contra a hoste régia de D. Dinis durante a permanência desta em Simancas, o que pode ter levado a que a decisão de retirar para Medina del Campo tivesse sido tomada¹⁰⁸. Mas independentemente do motivo concreto que levou à mudança do arraial, o que este recuo deixava a descoberto era a cada vez mais frágil situação das forças da coligação, prenúncio de uma mais que certa retirada definitiva.

De facto, poucos dias depois da chegada àquela localidade, no início da terceira semana de Outubro, a hoste régia portuguesa dá início aos preparativos para o regresso a Portugal. Por seu lado, D. Juan e Afonso de la Cerda – os “reis fantasmas”, como lhes chama César Gonzalez Minguez¹⁰⁹ –, sem o apoio militar de que necessitavam para a concretização dos seus objectivos, retiram também, respectivamente, para Leão e para Aragão.

¹⁰⁶ Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, Vol. I – 1139-1521, Lisboa, Sá da Costa, 1989, p. 17. De acordo com Rui de Pina – que se baseia na “Crónica de 1419” (*Crónica de Portugal de 1419*, op. cit., Cap. 96, p. 171) –, esta operação naval lançada contra Lisboa, decorreu nos momentos que antecederam a entrada das forças portuguesas em território castelhano: “*como soube que ElRey tinha todas suas gentes percebidas pera entrar em Castella, mandou logo perceber em Sevilha suas gualeas, e frota que de guerra vierom aa costa de Portugal*” (Rui de Pina, op. cit., Cap. VI, p. 244), uma informação que não é possível confirmar. Talvez tenha sido na sequência do clima de conflitualidade trazido pela guerra e, em particular, por este ataque naval, que se verificaram, em Lisboa, violentos confrontos entre marinheiros e mercadores portugueses e castelhanos e que se saldaram em diversos mortos e feridos de ambas as partes. O documento informa-nos da morte de Vicente Rei, de Domingos Debem e de um outro mercador do Porto, para além de ferimentos em Nicolau Fernandes e em Martim Anes, almocádem, para além de outros lisboetas. Da parte dos castelhanos, foram mortos João de Morilhi, de Santander; Afonso Peres, de Castro; Sancho Peres de Carega, de Castro, Pedro Peres, filho do cônego de Pando; Pedro Peres Mealdo, Martim Sanches, Gayoa Mico de S. Sebastian, para além de muitos outros feridos (AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 2, de 1297, Janeiro, 22, pub. em *Documentos Para a História da Cidade de Lisboa: Livro I de Místicos e Livro II de D. Fernando*, doc. 2, pp. 3-11).

¹⁰⁷ Humberto Baquero Moreno, op. cit., p. 645.

¹⁰⁸ César Gonzalez Minguez, op. cit., p. 39.

¹⁰⁹ Idem, *ibidem*, p. 66.

Desiludidas com esse desfecho, as forças portuguesas descarregam, então, toda a sua frustração contra as populações dos povoados próximos, nomeadamente na pequena localidade de Pozal ou Pasaldez, onde se dedicam aos mais diversos excessos. Conta-nos, a esse respeito, a “Crónica de 1419” que quando o exército de D. Dinis “*chegou ao lugar que chamom Pozall, que he castelo de Medina, e quebrantarom os seus a igreja e matarom quantos se a ela acolherom e roubarom quanto em ela acharom, e com tanta crueza que matarom e cativarom, nom perdoando a nêhũa idade*”¹¹⁰, ou como sublinha Rui de Pina, “*sem reverencia entraram ha Igreja, e espedaçaram has Imagens dos Sãctos, e há despojaram de todo ho que nella acharam, e com muita crueza mataram ahos que se nella acolheram, sem perdoarem alguũa idade de machos, nem fêmeas*”¹¹¹.

Ao longo do percurso de volta a Portugal, muitos outros povoados tiveram destino semelhante, pois como refere aquela mesma fonte, as forças portuguesas limitavam-se a pilhar e a arrasar tudo o que podiam: “*em todos os lugares onde gemtes achavom que cercados não erom, nom ficava cousa que destroyda não fose*”¹¹², como nas proximidades de Ciudad Rodrigo, no castelo de Torres, cuja guarnição bem como todos os que aí se haviam refugiado foi, segundo a “Crónica de Portugal de 1419”, massacrada¹¹³.

Toda esta violência e destruição gratuitas serviam apenas como fraco prémio de consolação para o desalento provocado por uma campanha, até então sem quaisquer resultados práticos, mas também sem glória e sem botim. O próprio D. Dinis, que certamente teve conhecimento de todas estas acções – e que muito provavelmente as autorizou – acabaria, no momento da elaboração do seu testamento de 1299, por reconhecer a forma excessivamente violenta como o seu exército se comportara três anos antes, mostrando um

¹¹⁰ *Crónica de Portugal de 1419*, op. cit., Cap. 97, p. 172.

¹¹¹ Rui de Pina, op. cit., Cap. VII, p. 245.

¹¹² *Crónica de Portugal de 1419*, op. cit., Cap. 98, p. 173.

¹¹³ “*e tomarom os portugueses na frontaria hum castelo por força que chamom Tores, e quantas gemtes em ele acharom foram todas mortas*” (*Ibidem*, Cap. 97, p. 172). As fontes narrativas – designadamente a Crónica de 1419 – não são claras acerca destes episódios, deixando-nos na dúvida sobre se terão ocorrido no início – como sugere Rui de Pina (Rui de Pina, op. cit., Cap. VII, p. 244) – ou no final da campanha. Parece-nos, contudo, mais provável que tenha tido lugar depois da retirada de Simancas. Em primeiro lugar, porque no início da campanha o objectivo era atingir, tão rapidamente quanto possível, as proximidades de Valladolid, pelo que não parece provável que o comando português tivesse “perdido” tempo em acções deste tipo, mais prejudiciais do que benéficas e que poderiam levar a uma animosidade ainda maior contra os portugueses. Nesse sentido, parece-nos mais lógico que tivessem tido lugar durante o regresso da hoste a Portugal. É possível que D. Dinis pretendesse, dada a sua proximidade com a fronteira portuguesa, conservar esta fortaleza de Torres, onde terá, muito provavelmente, deixado uma pequena guarnição. Contudo, acabou por ser reconquistada pelas forças castelhanas que usaram de uma violência semelhante à que tinha sido praticada pelos portugueses. Conta-nos Rui de Pina que “*dos Portuguezes que ha guardavam nom ficouo nhum que ha ferro nom morresse*” (Rui de Pina, op. cit., Cap. VIII, p. 246).

profundo e aparentemente sincero arrependimento pelos abusos cometidos contra os “*muito mesquinhos, que nom auiam culpa na guerra*”¹¹⁴.

5. Despojos de guerra

Não é fácil descortinar os motivos concretos que levaram à retirada portuguesa. Talvez não diferissem muito daqueles que levaram à transferência da hoste para Medina del Campo. Contudo César Gonzalez Minguez aponta outras razões de peso para essa decisão: a melhoria da situação financeira da Coroa castelhana – conseguida em boa medida graças à cunhagem de moeda –, o que lhe permitiu apaziguar boa parte da nobreza inquieta e, ao mesmo tempo, mobilizar novos contingentes; a reconciliação entre Maria de Molina e o poderoso Juan Alfonso de Haro, a quem foi devolvido o senhorio de los Cameros¹¹⁵; alguma desconfiança relativamente à fidelidade de alguns dos nobres apoiantes de D. Juan e de Afonso de la Cerda, que podiam inverter a sua posição e cortar as linhas de retirada para Portugal; e ainda – aquele que nos parece o argumento mais frágil – a ameaça de rompimento do compromisso matrimonial entre Fernando IV e a infanta portuguesa D. Constança¹¹⁶. Podem ainda ter existido outros motivos para a retirada portuguesa, nomeadamente a aproximação do Outono, que desaconselhava o início de uma operação de cerco que, a prolongar-se demasiado pelo Inverno dentro, redundaria, por certo, num desastre.

Existe, no entanto, uma passagem da “Crónica Geral de Espanha, de 1344”, a que até agora não tem sido dada, parece-nos, a devida atenção e que pode fornecer as pistas necessárias. Afirma o conde D. Pedro, que estando Fernando IV, D. Enrique e D. Diego Lopez de Haro e “*muytos outros fidalgos*” em Valladolid, “*trouxerom preitesia com el rey dom Denis que se tornasse e elle fezeo*”¹¹⁷. Ou seja, segundo o – pelo menos nesta matéria – insuspeito e regra geral bem informado conde de Barcelos, a retirada da hoste régia – ainda que condicionada por muitos outros factores – teria ocorrido na sequência de um acordo firmado, aparentemente de forma secreta, ou seja, sem o conhecimento de D. Juan e de Alfonso de la Cerda, entre os representantes dos monarcas castelhano e português e que este teria aceite, em boa medida, face aos problemas com que se debatia e que impediam que fossem alcança-

¹¹⁴ No seu testamento, datado de 1299, o rei refere: “*Outro si fazendo eu guerra ao senhorio de Castella por mar, & por terra, querendo & mandando que fizessem os meus, fizerão muita malfetoria, tambem eu come elles ouue-mos do alheo por rouba, & por malfetoria, peça de auer de muitos mesquinhos, que nom auiam culpa na guerra*” (Frei Francisco Brandão, *op. cit.*, fl. 330).

¹¹⁵ Juan Alfonso de Haro encontra-se em Valladolid, pelo menos desde o dia 27 de Outubro, altura em que surge entre os confirmantes de uma carta de Fernando IV dirigida a Pedro Diaz de Villatoriel e a seu irmão (“Colección Diplomática...”, in António Benavides, *op. cit.*, doc. LXXIII, pp. 102-103, de 1296, Outubro, 27).

¹¹⁶ César Gonzalez Minguez, *op. cit.*, pp. 39-41.

¹¹⁷ *Crónica Geral de Espanha de 1344, op. cit.*, Cap. DCCXIX, p. 245.

dos os objectivos iniciais da campanha. A possibilidade aventada por D. Pedro parece também ter sido aceite por Rui de Pina: “*vendo ElRei D. Fernando, e seus Tutores, e hos do seu Concelho, e principaaes senhores de Castella que ha destroyçam de sua teerra por armas, e guerra jáa se nom podia cobrar, nem vingar, antes hya cada vez em pior, e mais dano acordaram por melhor tomar remedio da paaz, e satisfazer ha ElRey D. Diniz nas couzas que justamente requeria*”¹¹⁸. Todavia, nenhuma das fontes adianta qual terá sido a contrapartida castelhana, o que permite especular se a moeda de troca para a retirada portuguesa, não teria sido o território do Riba Côa, que D. Dinis viria a dominar no final da campanha, ou seja, nos últimos dias de Outubro ou nos primeiros de Novembro.

Naturalmente, a “Crónica de D. Fernando IV”, preocupada em preservar a imagem de Fernando IV e de Maria de Molina – que para todos os efeitos tinham comprado a paz com a alienação de uma parte significativa do reino –, opta por apresentar uma versão algo matizada dos acontecimentos, mas nem por isso incompatível com a relatada na “Crónica Geral de Espanha de 1344” e na “Crónica de D. Dinis”. O cronista Fernán Sanchez de Valladolid afirma, assim, que estando o rei português ainda em Simancas, “*estonce le avia llegado un ome que le dixo que se fuese à castil Rodrigo é á Sabugal é á Alfayates que se les entregarian*”¹¹⁹. Claro está que a crónica não adianta quem seria esta personagem, de onde viria ou quem a teria incumbido dessa missão, pelo que permanece em aberto a hipótese de se tratar de um emissário de Fernando IV, possibilidade que faz todo o sentido à luz do depoimento do conde D. Pedro.

Claro que este acordo atropelava por completo D. Sancho de Ledesma – senhor das vilas e castelos de Sabugal, Alfaiates, Vilar Maior, Castelo Bom, Almeida, Castelo Rodrigo, Castelo Melhor e Monforte de Riba-Côa –, primo direito de ambos os monarcas, mas vassalo de D. Dinis desde meados do ano¹²⁰. Porém, o facto de ser sempre referido – mesmo em 1297 – em conjunto com sua mãe Margarida de Narbona aponta para que não tivesse ainda atingido a idade de róbora. Mas, por outro lado, também não poderia ter muito menos de 14 anos, pois seu pai, o infante D. Pedro, filho de Afonso X, havia morrido em 1283¹²¹, o que permite conjecturar se não existiria um qualquer problema – eventualmente de saúde e de carácter incapacitante – que o mantinha sob a tutela materna e, como tal, um peão mais facilmente manobrável e, ao mesmo tempo, dispensável no xadrez da política luso-castelhana. Talvez por isso a “versão oficial portuguesa” veiculada tanto pela própria

¹¹⁸ Rui de Pina, *op. cit.*, Cap. IX, p. 247.

¹¹⁹ “Crónica de Don Fernando el IV”, in António Benavides, *op. cit.*, Cap. II, p. 36.

¹²⁰ Frei Francisco Brandão, *op. cit.*, fls. 243-244.

¹²¹ Manuel Gonzalez Jimenez, *Alfonso X, op. cit.*, p. 200.

“Crónica Geral de Espanha, de 1344”, quanto pela “Crónica de 1419”, apon- te a conquista das fortalezas do Riba-Côa, acima de tudo, como um acto pu- nitivo contra D. Sancho, que não teria integrado a hoste régia mobilizada para a campanha de 1296 – algo que dificilmente poderia fazer dada a sua condi- ção –, num claro incumprimento dos seus deveres feudo-vassálicos para com D. Dinis¹²². O *Rei Lavrador* legitimava, assim, a ocupação do senhorio de um seu vassalo, ao mesmo tempo que o seu homólogo castelhano ficava com a imagem salvaguardada, na medida em que o problema da conquista desses territórios passava, pelo menos até ao ano seguinte, a ser uma questão domés- tica portuguesa e da esfera das relações de vassalagem entre D. Dinis e San- cho de Ledesma¹²³.

Independentemente do que realmente se passou, o que as fontes revelam de forma inquestionável, é que nos primeiros dias de Novembro de 1296, as forças portuguesas ocupam militarmente as mais importantes praças-fortes da região do Riba-Côa. Segundo o testemunho da “Crónica de D. Fernando”, a hoste dirigiu-se em primeiro lugar a Castelo Rodrigo e, no dia seguinte a Alfaiates, de onde partiu para o Sabugal¹²⁴. Nas três praças-fortes são instalados destacamentos portugueses, tal como nas localidades de Vilar Maior, Castelo Bom, Monforte de Riba-Côa, Almeida, e Castelo Melhor, que se entregam também a D. Dinis, desconhecendo-se, no entanto – as fontes não o refe- rem –, se o monarca chegou, ou não, a deslocar-se pessoalmente a estes lo- cais. A chegada das forças portuguesas decorre, aparentemente, sem o derramamento de sangue e sem os excessos anteriormente cometidos noutras po- voações por onde haviam passado durante as semanas anteriores, seguramen- te devido às ordens expressas que tinham para não hostilizar as populações locais. Mas é também possível que o facto de não terem sido acolhidas de forma agressiva, as tenha inibido de tomar alguma atitude mais violenta. Cla- ro que esta explicação coloca-nos um outro problema, o de saber porque motivo não se verificou qualquer reacção adversa – pelo menos a fazer fé nas fontes – à chegada dos portugueses. É possível que a actuação da hoste régia em localidades como Pasaldez ou Torres, entre outras, tivesse funcionado como dissuasora de qualquer potencial foco de resistência. Por outro lado, é também provável – como sublinham diversos autores – que estas comunida- des, cujos concelhos haviam anteriormente gozado de uma razoável autono- mia política, preferissem a tutela de um rei, para todos os efeitos, distante, do

¹²² *Crónica de Portugal de 1419*, Cap. 99, pp. 173-174; e *Crónica Geral de Espanha de 1344*, op. cit., Cap. DCC- XIX, p. 245).

¹²³ Só num segundo momento é que Fernando IV intervém, para supostamente recompensar D. Sancho por esses territórios, cedendo-lhe em escambo as localidades de Galisteu, de Miranda e de Granada, o que permitiria, meses depois, a sua cedência formal a Portugal, no âmbito do Tratado de Alcanices (Pub. em Visconde de Santarém, op. cit., pp. 50-52, de 1297, Agosto, 28).

¹²⁴ “Crónica de Don Fernando el IV”, in António Benavides, op. cit., Cap. II, pp. 36-37.

que continuar a sofrer de forma directa a constante pressão senhorial, motivo pelo qual não terão visto com desagrado a chegada das forças portuguesas¹²⁵. A própria rapidez com que D. Dinis confirmou e ampliou os foros e privilégios de Castelo Rodrigo, de Castelo Bom e de Almeida, no dia 8 de Novembro, do Sabugal, dois dias depois e, já no final do mês, de Vilar Maior, para além de revelar a necessidade de afirmar a sua autoridade sobre essas comunidades, teria, portanto, o objectivo de as sossegar garantindo-lhes não só a inviolabilidade dos seus foros e privilégios, como a ampliação dos mesmos¹²⁶. No entanto, à luz dos motivos aduzidos pelas fontes narrativas para o regresso a Portugal da hoste de D. Dinis, pode haver uma outra interpretação para a inexistência de quaisquer reacções adversas por parte dos habitantes e, sobretudo, das guarnições castelhanas estacionadas nos castelos daquelas povoações. Assim, se como pensamos, a conquista do Riba-Côa resultou de uma negociação entre representantes dos monarcas português e castelhano, não custa admitir que o facto de os contingentes que defendiam esses castelos não terem oferecido qualquer resistência às forças portuguesas não fosse mais que o cumprimento escrupuloso das instruções de Fernando IV – de que o rei português seria portador ou que aquele teria já enviado – para que a transferência de autoridade se processasse de forma ordeira. Com efeito, tal como é referido pelo cronista Fernán Sanchez de Valladolid, os alcaides dessas fortalezas entregam-nas pacificamente – sem que por isso a fonte os acuse claramente de traição ou de felonía, deixando apenas pairar no ar – como bem sublinhou Manuel García Fernández – uma ténue suspeita de traição por parte dos habitantes daquela região¹²⁷.

A campanha da Guarda terminava, assim, com a chegada da hoste régia – onde seria desmobilizada – a Trancoso, no início da segunda semana de Novembro¹²⁸. É nesta vila que o rei, depois de aproximadamente um mês e meio de silêncio, emite as primeiras cartas régias, significativamente os diplomas de confirmação de privilégios das recém-conquistadas vilas do Riba-Côa.

Sem que tivesse sido alcançado o objectivo inicial de fragmentar em duas unidades políticas distintas o reino vizinho e redesenhar, assim, o mapa político peninsular, nem por isso a campanha de 1296 constituiu um fracasso. De facto, os lucros territoriais – a ocupação do Riba-Côa, mas também de algumas praças-fortes alentejanas, pelos portugueses, a conquista do reino de Múrcia, pelos aragoneses, ou a tomada de algumas fortalezas pelos granadi-

¹²⁵ Iñaki Martín Viso, “Época Medieval: Reino de Leão”, in *Museu do Sabugal: Coleção Arqueológica*, Sabugal, Museu do Sabugal, 2008, p. 110.

¹²⁶ IAN/TT, Chancelaria de D. Dinis, Livro 2, fls. 128 a 130v, de 1296, Novembro 10 a 1296, Novembro, 27.

¹²⁷ Manuel García Fernández, “La política internacional ...”, *op. cit.*, p. 938.

¹²⁸ Virgínia Rau, *op. cit.*, p. 47.

nos – acabaram por ser os ganhos mais visíveis alcançados pela coligação. Não se pense, porém, que se tratou, por assim dizer, de prémios de consolação. Pelo contrário, quer Portugal quer Aragão – os principais intervenientes na ofensiva desse ano – conseguiram anexar regiões de enorme importância estratégica e cujo domínio ambicionavam há já vários anos. Sem conseguirem a divisão que pretendiam, D. Dinis e Jaime II, conseguiram, no entanto, os ganhos territoriais que lhes permitiram reinar, sem dúvida, mais fortes.